



**A COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA, AGENDADA PARA ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2024, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES Nº 01 E POR VÍDEOCONFERÊNCIA, COM A SEGUINTE PAUTA:**

I. Discussão e votação da ata da 15º Reunião Ordinária.

**II. Ordem do dia**

a) Discussão e votação do requerimento:

**RCC/0185/2024** – **Requerimento de autoria do Deputado Fabiano da Luz**, solicitando aos membros desta Comissão a realização de Audiência Pública, a ser realizada no dia 05 de novembro de 2024, às 10 horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no Município de Florianópolis, para promover o debate sobre o tema “**O Panorama do Serviço Público em Santa Catarina**”.

b) Discussão e votação de pareceres:

**DEPUTADO LUCAS NEVES**

**PL./0013/2024** – **Autor: Deputado Sérgio Motta** – Declara de Utilidade Pública a ONG Juntos Somos Mais Fortes, de Florianópolis e altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os Atos Normativos Que Concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no Âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.

**DEPUTADO IVAN NAATZ**

**PL./0320/2024** – **Autor: Tribunal de Justiça do Estado** – Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a Doar ao Município de Timbó o Imóvel que Especifica.

**DEPUTADO VOLNEI WEBER**

**PL./0285/2024** – **Autor: Deputado Cleiton Fossá** – Declara de Utilidade Pública a Associação dos Atingidos Foz do Chapecó – A.A.F.C. de Chapecó e altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os Atos Normativos Que Concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no Âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.

**DEPUTADO ANTIDIO LUNELLI**

**PL./0337/2024** – **Autor: Deputado Sérgio Guimarães** – Declara de Utilidade Pública Associação dos Moradores do Balneário de Ilha Redonda, de



Palmitos e altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os Atos Normativos Que Concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no Âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.